JORNAL DO SERVIDOR

POR **RAPHAELA CORDEIRO**

DIVULGAÇÃO/FENAJUFE

Assembleia geral estadual reuniu 250 servidores na semana passada

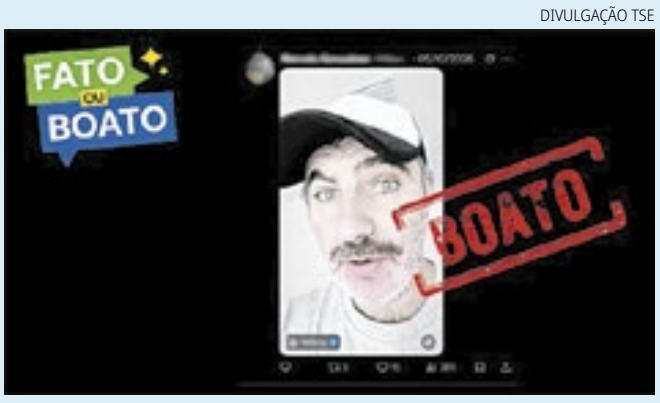
Servidores da Justiça Federal protestam contra atrasos salariais

Servidores da Justiça Federal do Rio Grande do Sul realizaram nesta quarta-feira (14) uma paralisação contra o risco de atrasos no pagamento de salários e benefícios. A mobilização, aprovada em assembleia com cerca de 250 participantes, teve ato em frente ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4). Segundo o sindicato, a Justiça Federal enfrenta déficit orçamentário de R$ 266 milhões. Entre as alternativas discutidas pelos tribunais estão o adiamento da segunda parcela do 13º salário e o pagamento parcial da folha e do auxílio-alimentação de dezembro, com quitação em janeiro. A categoria cobra garantias de que os direitos serão pagos em dia e critica despesas com benefícios da magistratura. O Conselho da Justiça Federal deve discutir a situação em reunião marcada para 19 de outubro. A mobilização também prevê o envio de representantes a Brasília para acompanhar as negociações.

É fake afirmação que servidores alteram eleições

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) desmentiu um vídeo que acusa servidores da Corte de poder alterar sistemas e mudar resultados eleitorais. Segundo o órgão, os sistemas são assinados digitalmente e lacrados em cerimônia pública, e qualquer modificação pode ser detectada por entidades fiscalizadoras, como partidos, Ministério Público, Polícia Federal e universidades. As urnas não têm conexão com a internet, Wi-Fi ou Bluetooth. Após a votação, cada equipamento gera um Boletim de Urna, que permite conferir os votos registrados na seção.

DIVULGAÇÃO TSE



TSE afirma que sistemas são lacrados e alterações são detectadas

Câmara abre concurso com salário de R$ 32 mil

A Câmara dos Deputados abre nesta quinta-feira (15) as inscrições para concurso com 66 vagas imediatas e 118 para cadastro de reserva. O salário inicial é de R$ 32.070,88. Há oportunidades para jornalistas, relações-públicas, engenheiros e outros profissionais. A taxa é de R$ 130, e as inscrições seguem até 17 de novembro, pelo Cebraspe. As provas serão em 17 de janeiro de 2027, nas capitais. Para Registro e Redação, basta diploma superior em qualquer área reconhecida pelo MEC. Os aprovados trabalharão em Brasília.

Câmara analisa projetos de direitos dos professores

Na semana do Dia dos Professores, a Câmara dos Deputados analisa projetos sobre carreira docente e políticas educacionais. Entre as propostas estão a extensão da meia-entrada em eventos culturais e esportivos aos professores da educação básica e a garantia do piso salarial nacional para docentes temporários. Também estão em pauta medidas de incentivo à docência, transporte escolar e prevenção à violência nas escolas.

Carteiras de Sanitaristas I

O Ministério da Saúde iniciou a emissão das carteiras profissionais de sanitaristas. Até 2 de outubro, foram recebidas 8.011 solicitações de registro no país. Desse total, 4.357 pedidos já haviam sido avaliados, 679 estavam em análise e 2.975 aguardavam avaliação. A medida representa avanço na regulamentação da categoria.

Carteiras de Sanitaristas II

Profissionais com especialização em Saúde Coletiva ou Saúde Pública representam 47,4% dos pedidos de registro. O Sudeste concentra 2.773 solicitações, seguido pelo Nordeste, com 2.659. A emissão das carteiras é conduzida pelo Ministério da Saúde e busca reconhecer os trabalhadores que atuam no planejamento e na gestão de políticas públicas do SUS.

Novo edital do CNU 2

O Ministério da Gestão prevê publicar até o fim de outubro novo edital para convocação às 544 vagas remanescentes do CNU 2. O documento anterior foi anulado em 6 de outubro, após inconsistências em três vagas. As oportunidades são para cargos federais de níveis médio e superior. O concurso oferece 3.652 vagas, incluindo cadastro de reserva.

Concurso da Polícia Civil

As inscrições para o concurso de delegado da Polícia Civil de Pernambuco começam nesta quinta-feira (15). São 45 vagas imediatas, com salário inicial de R$ 13.560. A seleção recebe candidaturas até 16 de dezembro. Para participar, é necessário ter bacharelado em Direito e três anos de atividade jurídica ou policial. As provas estão previstas para março de 2027.

Reaplicação da PND

O Inep liberou o cartão de confirmação da reaplicação da Prova Nacional Docente (PND) 2026, marcada para domingo (18). O documento está disponível na Página do Participante, pelo Gov.br. A reaplicação atende candidatos ausentes em setembro por problemas logísticos ou doenças previstas no edital. O resultado final sai em 15 de dezembro.

Solicitar o Seguro-Defeso

Pescadores artesanais têm prazo ampliado para solicitar o Seguro-Defeso. Os pedidos podem ser feitos entre 30 dias antes e 90 dias após o início do defeso. A medida facilita o acesso ao benefício, especialmente em regiões com internet instável ou dificuldades de deslocamento. As solicitações são feitas pelo Portal Emprega Brasil ou pela Carteira de Trabalho Digital.

DIVULGAÇÃO/STF

STF adia análise que poderia avançar na véspera da data da categoria

STF adia mais uma vez julgamento do piso nacional dos professores

Votação era aguardada na véspera do Dia dos Professores, celebrado nesta quinta

Por **Raphaela Cordeiro**

Após meses de espera, o Supremo Tribunal Federal (STF) adiou novamente o julgamento que pode definir os efeitos do piso salarial nacional dos professores da educação básica nos planos de carreira. A análise foi suspensa nesta quarta-feira (14), após pedido de vista do ministro Gilmar Mendes, e ainda não há data para a retomada. Havia expectativa de que a votação avançasse na véspera do Dia dos Professores, celebrado nesta quinta-feira (15), como uma forma de marcar a data com uma definição sobre a remuneração da categoria.

Durante a sessão, o ministro Luiz Fux manifestou incômodo com a mudança na pauta de julgamentos. Ao apresentar voto em um processo sobre o regime de trabalho de guardas municipais, afirmou que havia se preparado para analisar a controvérsia sobre o piso nacional. "Eu procurei estudar bem o piso nacional", declarou.

O caso discute se o piso nacional, previsto na Lei nº 11.738/2008, deve servir de referência para o vencimento inicial da carreira do magistério público e repercutir nos demais níveis, faixas e classes. Por ter repercussão geral, a decisão deverá orientar processos semelhantes em todo o país.

A ação teve origem em um processo movido por uma professora da rede estadual de São Paulo, que pediu a adequação do salário-base ao piso, com reflexos na carreira. Após decisão favorável em segunda instância, o governo paulista recorreu ao STF.

O julgamento começou em dezembro de 2025 e foi interrompido após pedido de vista do ministro Dias Toffoli. Retomada em maio de 2026, a análise foi novamente suspensa, desta vez por Gilmar Mendes. Antes da nova interrupção, o placar estava em 2 a 1 a favor da aplicação do piso na carreira, com votos de Toffoli e Alexandre de Moraes nessa direção, enquanto o relator, Cristiano Zanin, apresentou entendimento com condições para a adequação das redes de ensino.

A discussão envolve se o piso deve funcionar como vencimento-base inicial e repercutir nos demais patamares salariais ou se pode ser alcançado por meio de complementações, sem reajuste proporcional ao longo da carreira. Em 2026, o valor nacional é de R$ 5.130,63 para jornada de 40 horas semanais. A classe segue sem uma definição sobre o tema.